

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito

Disciplina: DIREITO FINANCEIRO

Período: 7º Período **Turmas:** Diurno e Noturno **Carga Horária:** 36H/a

Professor: Rogério Cannizzaro Almeida

Semestre: 2021.2

EMENTA

Disciplina o estudo do Direito Financeiro, seu conceito, objeto, Atividade Financeira do Estado, Receitas e Despesas Públicas, Orçamento Público, Crédito Público e Controle Externo pelos Tribunais de Contas, normatizado principalmente na Constituição da República, na Lei 4.320/64 e na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como reformulado por demais fontes do Direito como a doutrina e a jurisprudência pátrias.

COMPETÊNCIAS

Aprimorar, junto ao corpo discente, conhecimentos técnicos e a dimensão ética relacionados à disciplina. Pesquisa e debates buscam compor o quadro de estudo, cujo propósito principal é proporcionar a assimilação dos conteúdos identificados no programa de Direito Financeiro.

HABILIDADES

- Propiciar ao aluno a percepção dos fatos, sob a ótica jurídico-tributária; auxiliá-lo na construção de uma visão crítica do direito tributário positivo;
- Articular teoria e prática na resolução de problemas a serem enfrentados na realidade profissional, privilegiando a cultura do diálogo e os meios consensuais de conflitos, especialmente aqueles existentes nas instâncias administrativas;
- Valorizar a articulação de saberes por meio do estudo interdisciplinar, com ênfase no direito constitucional, direito administrativo, direito financeiro e direito civil;
- Desenvolver a capacidade de liderança e trabalho em grupo nas atividades de ensino, pesquisa e extensão realizados dentro da metodologia e estratégias da disciplina;
- Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica e saber utilizá-las com eficiência;
- Estimular a postura reflexiva e a visão crítica para um processo de aprendizagem autônomo e dinâmico;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Atividade Financeira do Estado. Direito Financeiro. Competência Legislativa. Normas Gerais.

2. Receitas Públicas. Classificações. Lei 4.320/64. Estágios da Receita Pública. Receitas Públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Repartição Constitucional de Receitas Públicas.

3. Despesa Públicas. Classificações. Lei 4.320/64. Estágios da Despesa Pública. Restos a Pagar. Despesas de Exercícios Anteriores. Despesas Públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Regime Constitucional de Precatórios.

4. Orçamento Público. Classificações. Princípios. Créditos Adicionais. Ciclo Orçamentário. Vedações Constitucionais.

5. Crédito Público. Classificações. Competências constitucionais. Endividamento na Lei de Responsabilidade Fiscal.

6. Controle Externo. Tribunais de Contas. Competências Constitucionais.

METODOLOGIA/ESTRATÉGIAS

As aulas serão dinâmicas, pretendendo estimular a capacidade do estudante de interpretação e compreensão do conteúdo da disciplina, estimulando sempre a integração entre teoria e prática com enfoque na resolução de problemas.

A disciplina será ministrada com base no ensino colaborativo, em que os docentes e discentes participarão na construção dos saberes, especialmente por meio de metodologias ativas e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação -TDIC's, tais como: sala de aula invertida, seminários, atividades de extensão, tempestade de ideias, aprendizagem baseada em problemas, gamificação e outros.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A metodologia da avaliação será diagnóstica, formativa e somativa durante todo o processo de aprendizagem, destinando-se à formação crítica e autônoma do estudante ao ensino, à pesquisa e à extensão nas atividades da disciplina. Dentro desta perspectiva, será realizada avaliação diagnóstica no início do semestre, objetivando avaliar os conhecimentos prévios dos alunos, bem como sua capacidade de articulação de saberes. As avaliações formativas ocorrerão ao longo do semestre, por meio das atividades colaborativas, seguidas de uma avaliação somativa ao final de cada unidade.

BIBLIOGRAFIA

Básica

LEITE, Harrison. Manual de Direito Financeiro. 10 ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

OLIVEIRA, Régis Fernandes de Oliveira. Curso de Direito Financeiro. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

PASCOAL, Valdecir Fernandes. Direito Financeiro e Controle Externo. 10 ed. São Paulo: Método, 2019.

Complementar

BALEEIRO, Aliomar. Uma Introdução à Ciência das Finanças. 18 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2020.

PISCITELLI, Tathiane. Direito Financeiro Esquematizado. 6 ed. São Paulo: Método, 2017.

ABRAHAM, Marcus. Curso de Direito Financeiro Brasileiro. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.